



Jobim: resgatando a condição de quem ainda é majoritário

PMDB rebela-se contra ação comum de líderes

Apesar de instituída com o propósito de agilizar o trabalho parlamentar, a partir da definição das matérias que devem ser apreciadas em plenário, as decisões tomadas em reuniões de lideranças não mais serão acatadas pelo PMDB. Essa posição, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), tem por objetivo respeitar a vontade da bancada peemedebista, que se encontra insatisfeita com a redução de seu poder decisório e a equivalência política de todas as legendas, fatos que estariam sendo motivados por acordos dessa natureza.

Jobim ressaltou que a medida busca resgatar a condição de partido com maior representação na Câmara dos Deputados, trunfo que vem sendo desprestigiado pelos acordos de liderança, e evitar a equiparação com siglas inexpressivas. Na teoria, as reuniões entre os representantes dos partidos determinam a liberação para votação em plenário das matérias previamente acordadas, tornando o voto do líder peemedebista, Ibsen Pinheiro, tão "contundente" quanto o do deputado Paulo Ramos, do raquítico Partido Municipalista Nacional (PMN).

Na prática, PMDB e PFL já estavam fazendo valer sua condição de legendas majoritárias no Congresso, forçando a ida ao plenário de propostas não consensuais, "reprovadas" por um conjunto de partidos oposicionistas. O encontro de lideranças vem reduzindo o debate de medidas polêmicas, em sua maioria excluídas da discussão entre as bancadas como forma de acelerar a pauta de votação — a unanimidade, garantida de maneira prévia, impede as intermináveis obstruções regimentais.

PRIORIDADES

Essas restrições à "socialização"

do poderio político dos partidos não se verificará, entretanto, nos debates referentes à pauta de votação das leis complementares. Na quase certa convocação extraordinária dos parlamentares, que deverão apreciar a legislação constitucional durante o recesso de julho, o PMDB pretende submeter sua relação de prioridades à Mesa da Câmara, adotando o mesmo processo dos demais partidos, encaminhando subsídios para uma definição suprapartidária.

A liderança do partido optou por instituir uma comissão, integrada por dez membros, que irá apresentar o elenco de prioridades do partido no tocante às matérias legislativas dentro uma listagem de 53 dispositivos constitucionais que, no entender de membros, encontram-se sem complementação. Tomarão parte do grupo oito presidentes de Comissões da Câmara dos Deputados (Cid Carvalho, Bernardo Cabral, Raimundo Bezerra, Ubiratan Aguiar, Joaci Goes, Antônio Gaspar, Nelson Jobim e Fernando Gasparian) um membro da Mesa (Luiz Henrique) e um vice-líder (Antônio Britto).

Para o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Nelson Jobim, esse trabalho deverá ser iniciado até o final desta semana, quando o deputado Antônio Britto, atualmente preso ao debate previdenciário, estará disponível para assumir a coordenação da Comissão. Os peemedebistas revelaram sua tendência de não elaborar uma extensa listagem de prioridades, ao divulgarem, através do boletim informativo da liderança, que "entre as 182 leis complementares e ordinárias a que a Constituição faz remissões, 129 já têm leis que a regulamentam".